O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, no uso de suas atribuições regimentais, destacando-se, neste particular, as disposições do Art. 19, XII e LV, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TRE-AC n.º 185/2002 e Resolução TSE n.º 21.009, de 5 de março de 2002.

CONSIDERANDO o contido na Resolução TRE n. 1.802/2024, de 07 de agosto de 2024, que dispõe sobre a implantação do juiz das garantias no âmbito da Justiça Eleitoral de 1ª Instância do Estado do Acre, nos termos da Resolução TSE n.º 23.740, de 07 de maio de 2024, e da Resolução CNJ n.º 562, de 03 de junho de 2024.

CONSIDERANDO o que consta no Processo n. 0000370-62.2024.6.01.8000,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o Juiz Eleitoral ALESSON JOSÉ SANTOS BRAZ para exercer a função de Coordenador do Núcleo Regional Eleitoral das Garantias do Estado do Acre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador JÚNIOR ALBERTO

Presidente TRE-AC

Rio Branco, 10 de setembro de 2024.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 260/2024 PRESI/GAPRES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Portaria Presidência Nº 260/2024 PRESI/GAPRES

O DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, destacando-se, neste particular, as disposições contidas no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar as atividades atinentes ao 1º turno das Eleições 2024 no Juízo da 4ª Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO o que consta no SEI n.º [0001959-89.2024.6.01.8000](#),

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores ROSIMAR RODRIGUES LIMA, JOSAFÁ DA COSTA MENDONÇA, JAILSON BARBOSA DE SOUZA e SHEILA MARIA DOS SANTOS CARVALHO para atuarem como responsáveis pela preparação das urnas eletrônicas, suporte técnico às seções eleitorais, gerenciamento técnico da transmissão do resultado das eleições, recuperação de dados das urnas eletrônicas, entre outras atividades técnicas atinentes à execução das Eleições Gerais 2024, no âmbito da 4ª Zona Eleitoral, no período de 21 de setembro a 09 de outubro 2024.

Art. 2º. Esta portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador JÚNIOR ALBERTO

Presidente

Rio Branco, 10 de setembro de 2024.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 253/2024 PRESI/GAPRES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Portaria Presidência Nº 253/2024 PRESI/GAPRES

O DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, destacando-se, neste particular, as disposições contidas no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO os ditames da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TRE-AC n. 1.085, de 14 de dezembro de 2006;
CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa n. 07, de 03 de abril de 2014;
CONSIDERANDO a Portaria DG/TSE n. 63, de 02 de fevereiro de 2023;
CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2024 (0691883), firmado com o Banco do Brasil para modernizar a distribuição do benefício-alimentação através da chave Pix CPF,
CONSIDERANDO o disposto no processo sei [0000438-12.2024.6.01.8000](#);

R E S O L V E :

Art. 1º Fica estabelecido em R\$ 60,00 (sessenta reais) o valor unitário do benefício-alimentação de que trata o art. 4º da Instrução Normativa n. 7, de 03 de abril de 2014, para efeito de aplicação nas Eleições 2024.

Parágrafo único. Em face do horário de início da votação no Estado do Acre, o benefício poderá ser pago em dobro, a depender de autorização do Tribunal Superior Eleitoral, visando atender à necessidade de custeio de duas refeições.

Art. 2º Os procedimentos de concessão, distribuição e prestação de contas dos valores referentes ao benefício-alimentação pagos em espécie e objeto de suprimento de fundos serão disciplinados pelo disposto na Instrução Normativa n. 7, de 03 de abril de 2014.

Art. 3º A distribuição do benefício-alimentação deverá, em maior medida possível, ser feita por meio da utilização da chave Pix CPF, através dos meios disponibilizados pelo Banco do Brasil e regulados pelo Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2024.

Art. 4º Os percentuais de beneficiários que receberão via chave Pix CPF e em espécie ficará a critério de cada cartório eleitoral, que deverá informar ao gerente do subprojeto "Alimentação de Mesários" os valores correspondentes em data definida e divulgada pela gerência do subprojeto.

Art. 5º Na data definida em cronograma previamente divulgado pela gerência do subprojeto "Alimentação de Mesários", os cartórios deverão enviar à Seção de Programação e Execução Financeira - SPEF o arquivo com a relação de beneficiários no formato (*layout*) exigido pelo sistema do Banco do Brasil.

Art. 6º No prazo assinalado no Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2024, a SPEF realizará a devida ordem bancária em favor do Banco do Brasil no montante necessário para o devido pagamento do benefício-alimentação através da chave Pix CPF.

Parágrafo único. Caberá à unidade realizar o encaminhamento da relação de beneficiários ao Banco do Brasil via sistema bancário.

Art. 7º Assim que disponível, a SPEF encaminhará aos cartórios eleitorais o relatório demonstrativo das transações efetuadas que é expedido pelo sistema do Banco do Brasil.

Art. 8º A SPEF deverá cuidar para que o Banco do Brasil realize a devolução dos valores não utilizados por meio de GRU, conforme consta do acordo firmado com a instituição.

Art. 9º A comprovação dos pagamentos realizados por meio do Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2024 se dará através de relatório demonstrativo das transações emitido pelo sistema do Banco do Brasil a ser apresentado pelo cartório eleitoral, que atestará o desempenho das funções por cada beneficiário convocado, conforme os registros das atas das mesas receptoras de voto e demais controles cartorários, além da indicação dos faltosos.

Art. 10 O cartório eleitoral deverá encaminhar a comprovação de pagamento do benefício-alimentação por meio da chave Pix CPF no mesmo prazo assinalado para a prestação de contas dos valores referentes ao suprimento de fundos (art. 7º da IN 07/2014).

Parágrafo único. A comprovação deverá ocorrer no procedimento SEI que trata do gerenciamento do subprojeto "Alimentação de Mesários" em cada cartório eleitoral;

Art. 11 Caso algum beneficiário constante da lista de pagamento enviada ao Banco do Brasil deixe de receber o benefício, o cartório deverá efetuar o seu pagamento em espécie, após a confirmação de que o recurso não foi creditado e de que houve comparecimento aos trabalhos eleitorais.

Parágrafo único. O meio adequado para a confirmação do crédito do benefício-alimentação é o relatório expedido pelo sistema do Banco do Brasil.

Art. 12 Os cartórios eleitorais deverão concentrar esforços para que, no prazo assinalado para a prestação de constas, haja a devolução dos benefícios pagos aos beneficiários faltosos.

§1º Os valores porventura não recuperados no prazo do *caput*, deverão ser cobrados por meio dos processos abertos para apuração da ausência ou abandono aos trabalhos eleitorais, devendo cada cartório realizar a cobrança, no mínimo, quadrimestralmente até julho de 2026.

§2º Semestralmente, será enviado relatório situacional à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, destacando a evolução da recuperação do crédito.

Art. 13. Esta portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador JÚNIOR ALBERTO

Presidente

Rio Branco, 10 de setembro de 2024.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 254/2024 PRESI/GAPRES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Portaria Presidência Nº 254/2024 PRESI/GAPRES

O DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, destacando-se, neste particular, as disposições contidas no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar as atividades atinentes ao 1º turno das Eleições 2024 no Juízo da 3ª Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO o que consta no SEI n.º [0001958-07.2024.6.01.8000](#),

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores MARCO AURÉLIO BORTOLI e MARIA CLARA CARLOS LUNA SILVÉRIO para atuarem como responsáveis pela preparação das urnas eletrônicas, suporte técnico às seções eleitorais, gerenciamento técnico da transmissão do resultado das eleições, recuperação de dados das urnas eletrônicas, entre outras atividades técnicas atinentes à execução das Eleições Gerais 2024, no âmbito da 3ª Zona Eleitoral, no período de 23 de setembro a 09 de outubro 2024.

Art. 2º. Esta portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador JÚNIOR ALBERTO

Presidente

Rio Branco, 10 de setembro de 2024.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 255/2024 PRESI/GAPRES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Portaria Presidência Nº 255/2024 PRESI/GAPRES

O DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, destacando-se, neste particular, as disposições contidas no Art. 19, LV e LVII, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar as atividades atinentes ao 1º turno das Eleições 2024 no Juízo da 6ª Zona Eleitoral;